

Novo CPC

O que mudou?

aula 30



SENTENÇA

SENTENÇA

CONTINUAÇÃO



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

(...)

**REGRA GERAL:
SE O MÉRITO NÃO FOI APRECIADO, A PARTE
PODE PROPOR DE NOVO A DEMANDA**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.*

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência** e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.*

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de litispendência **e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485**, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.*

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, **a propositura da nova ação depende da correção do vício** que levou à sentença sem resolução do mérito.*

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício **que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**EXCEÇÕES À REGRA GERAL:
SOMENTE PODE HAVER NOVA
PROPOSITURA SE O VÍCIO FOR CORRIGIDO**

CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de *litispendência* e *VI* e *VII* do art. 485, a propositura da nova ação levou à sentença sem resolução do mérito.
(...)

**JÁ HÁ UMA POSIÇÃO
DEFINITIVA DO PODER
JUDICIÁRIO SOBRE A
SITUAÇÃO POSTA NA
PETIÇÃO INICIAL**

**EXCEÇÕES À REGRA
SOMENTE PARA A
PROPOSITURA SE O VÍCIO FOR CORRIGIDO**

**A SITUAÇÃO NÃO
SERÁ NOVAMENTE
APRECIADA**

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL**

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS
PROCESSUAIS

CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.**

(...)

INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS
PROCESSUAIS

FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL

CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou a sentença sem resolução do mérito.**

(...)

EXISTÊNCIA DE CONVENÇÃO DE
ARBITRAGEM

INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS
PROCESSUAIS

FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL

CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou a sentença sem resolução do mérito.**

(...)

EXISTÊNCIA DE CONVENÇÃO DE
ARBITRAGEM

INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS
PROCESSUAIS

FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL

CPC-2015:

Art. 966. *A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser **rescindida** quando:*

(...)

§ 2º *Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será **rescindível** a decisão transitada em julgado que, **embora não seja de mérito, impeça:***

*I - **nova propositura da demanda;***

(...)



CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou a sentença sem resolução do mérito.**

(...)

EXISTÊNCIA DE CONVENÇÃO DE
ARBITRAGEM

INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS
PROCESSUAIS

FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL

CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou a sentença sem resolução do mérito.**

(...)

**IMPOSSIBILIDADE DE
PROPOSITURA DE DEMANDA
NA MESMA SITUAÇÃO**

**FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL**

CPC-2015:

Art. 966. *A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser **rescindida** quando:*

(...)

§ 2º *Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será **rescindível** a decisão transitada em julgado que, **embora não seja de mérito, impeça:***

*I - **nova propositura da demanda;***

(...)

CPC-2015:

Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser **rescindida** quando:

(...)

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do caput, será **rescindível** a decisão transitada em julgado que, **embora não seja de mérito, impeça:**

I - **nova propositura da demanda;**

(...)

**POSSIBILIDADE DE
PROPOSITURA DE DEMANDA
RESCISÓRIA**



**IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA NA MESMA SITUAÇÃO
(ART. 486, § 2º)**



**IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA NA MESMA SITUAÇÃO
(ART. 486, § 2º)**



**IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA NA MESMA SITUAÇÃO
(ART. 486, § 2º)**



**POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA RESCISÓRIA
(ART. 966, § 2º)**

**IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA NA MESMA SITUAÇÃO
(ART. 486, § 2º)**



**POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA RESCISÓRIA
(ART. 966, § 2º)**



**IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA NA MESMA SITUAÇÃO
(ART. 486, § 2º)**



**POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA RESCISÓRIA
(ART. 966, § 2º)**



**COISA JULGADA DE CONTEÚDO
PROCESSUAL**

**IMPOSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA NA MESMA SITUAÇÃO
(ART. 486, § 2º)**



**POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE
DEMANDA RESCISÓRIA
(ART. 966, § 2º)**



**COISA JULGADA DE CONTEÚDO
PROCESSUAL**

CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou a sentença sem resolução do mérito.**

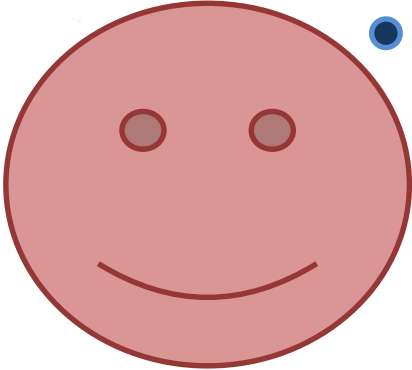
(...)

EXISTÊNCIA DE CONVENÇÃO DE
ARBITRAGEM

INDEFERIMENTO DA
PETIÇÃO INICIAL

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS
PROCESSUAIS

FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL



**E QUANTO AOS DEMAIS
CASOS MENCIONADOS NO
"CAPUT" DO ART. 485?**



CPC-2015:

Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou a sentença sem resolução do mérito.**

(...)

**INCISOS II E III:
NEGLIGÊNCIA DAS PARTES E ABANDONO
DO AUTOR**

INCISOS I, IV, VI E VII
PETIS

AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO
PROCESSUAIS

FALTA DE LEGITIMIDADE OU
DE INTERESSE PROCESSUAL



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**INCISOS II E III:
NEGLIGÊNCIA DAS PARTES E ABANDONO
DO AUTOR**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**INCISO V:
PEREMPÇÃO, LITISPENDÊNCIA E COISA
JULGADA**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência** e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.*

(...)

INCISO V:

**PEREMPÇÃO, LITISPENDÊNCIA E COISA
JULGADA**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência** e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.*

(...)

INCISO V:

**PEREMPÇÃO, LITISPENDÊNCIA E COISA
JULGADA**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**INCISO VIII:
HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**INCISO VIII:
HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

§ 1º *No caso de extinção em razão de **litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.***

(...)

**INCISO IX:
MORTE DA PARTE, QUANDO O DIREITO
DISCUTIDO FOR INTRANSMISSÍVEL**



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

(...)

§ 2º *A petição inicial, todavia, não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.*

(...)



CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

(...)

§ 3º *Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.*

CPC-2015:

Art. 486. *O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.*

(...)

§ 3º *Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.*

PEREMPÇÃO



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito* quando o juiz:

I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

III - homologar:

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;

b) a transação;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

Parágrafo único. *Ressalvada a hipótese do § 1o do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.*



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

*I - acolher ou rejeitar o pedido formulado **na ação ou na reconvenção**;*



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

*II - decidir, **de ofício ou a requerimento**, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;*

(...)



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

CPC-2015

Art. 485. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

(...)

II - **decidir**, de ofício ou a requerimento, **sobre a ocorrência** de decadência ou prescrição;

(...)



CPC-2015

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

(...)

II - **decidir**, de ofício ou a requerimento, **sobre a ocorrência** de decadência ou prescrição;

(...)

CPC-1973, ART. 269, IV:
QUANDO O JUIZ PRONUNCIAR A
PRESCRIÇÃO OU A DECADÊNCIA

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá solução de mérito quando o juiz:*

(...)

*II - decidir, **de ofício** ou a requerimento, sobre a ocorrência de **decadência** ou prescrição;*

(...)

CC-2002:

Art. 210. Deve o juiz, **de ofício**, conhecer da **decadência**, **quando estabelecida por lei**.

Art. 211. Se a **decadência** for **convencional**, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas **o juiz não pode suprir a alegação**.

DECADÊNCIA LEGAL

CC-2002:

Art. 210. Deve o juiz, **de ofício**, conhecer da **decadência**, **quando estabelecida por lei**.

Art. 211. Se a **decadência** for **convencional**, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas **juiz não pode suprir a alegação**.

DECADÊNCIA CONVENCIONAL



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá solução de mérito quando o juiz:*

(...)

*II - decidir, **de ofício** ou a requerimento, sobre a ocorrência de **decadência** ou prescrição;*

(...)

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá solução de mérito quando o juiz:*

(...)

*II - decidir, **de ofício** ou a requerimento, sobre a ocorrência de **decadência** ou prescrição;*

(...)

**APENAS A DECADÊNCIA LEGAL
PODE SER CONHECIDA DE
OFÍCIO PELO JUIZ**

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá solução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

**APENAS A DECADÊNCIA LEGAL
PODE SER CONHECIDA DE
OFÍCIO PELO JUIZ**

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

*II - decidir, **de ofício** ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou **prescrição**;*

(...)



1 – “O instituto da prescrição é de direito positivo” (Pontes de Miranda)

2 – Diferença entre a prescrição civil e as demais previsões legais de prescrição, como a tributária, que extingue o crédito tributário.

3 – Conteúdo moral: a prescrição não retira a marca da impontualidade.

4 – Impossibilidade de a pessoa em favor de quem for pronunciada a prescrição cobrar o dobro ou o equivalente do que lhe for cobrado (CC, art. 940).

CC-2002:

Art. 940. *Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, **salvo se houver prescrição.***



*Prescrição é **contradireito**:*

- *é direito que se exerce contra outro direito.*
- *ao se exercitar contradireito, supõe-se a existência do direito e tenta-se neutralizá-lo.*
- *exemplos: exceção do contrato não cumprido, retenção, prescrição.*

...

*Pode haver **renúncia** à prescrição (CC, art. 191).*

*Se assim é, o direito de ver reconhecida a existência de prescrição é **disponível**.*

E tanto é assim que, se houver pagamento, o devedor não pode haver de volta o que pagou.

CC-2002:

Art. 191. A **renúncia da prescrição** pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

CC-2002:

Art. 191. A **renúncia da prescrição** pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume dos fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

**O DIREITO DE VER
RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO É
UM DIREITO DISPONÍVEL**



1 – Prescrição é contradireito:

- ***exceção substancial***: não permite conhecimento de ofício pelo juiz.
- ***objeção***: permite conhecimento de ofício pelo juiz.
- ***prescrição é exceção substancial***, sob o regime jurídico da objeção.
- *tecnicamente, ao conhecer de ofício da prescrição, o juiz exercita, pela parte, um direito disponível dela, parte.*

*2 – **Há uma realidade**: pode-se tomar conhecimento de ofício da prescrição (CPC, art. 487, II).*

A origem dessa norma é de natureza estatística.

Tomar conhecimento de ofício não significa decidir sem permitir o exercício do direito fundamental ao contraditório.

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

Parágrafo único. *Ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.*

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

Parágrafo único. *Ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.*

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

Parágrafo único. *Ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.*

**REGRAS DE CONCRETIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO
CONTRADITÓRIO E DO RESPEITO AO
AUTORREGRAMENTO DA VONTADE**

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

(...)

Parágrafo único. *Ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332,* *a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.*

**REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO
CONTRADITÓRIO E DO RESPEITO AO
AUTORREGRAMENTO DA VONTADE**

CPC-2015:

Art. 40

(...)

II - de

pres

(...)

**ATENÇÃO QUANTO A MEMBRO DE
GRUPAMENTO HUMANO
CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDO:
ÍNDIOS, IDOSOS, TRABALHADORES E
CONSUMIDORES.**

cia de dec... cia ou

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se.

**REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO
CONTRADITÓRIO E DO RESPEITO AO
AUTORREGRAMENTO DA VONTADE**

CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

*III - **homologar**:*

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;

b) a transação;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

(...)



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

III - homologar:

*a) o reconhecimento da procedência do pedido **formulado na ação ou na reconvenção**;*

(...)



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

III - homologar:

(...)

b) a transação;

(...)



CPC-2015:

Art. 487. *Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

(...)

III - homologar:

(...)

*c) a **renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.***

(...)



CPC-2015:

Art. 488. *Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.*

CPC-2015:

Art. 488. *Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.*

**REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DO
PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO
DE MÉRITO**

***PREMISSAS PARA A ADEQUADA
INTERPRETAÇÃO DO TEXTO DO ART. 489***

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - **deixar de seguir** enunciado de súmula, jurisprudência ou **precedente** invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.*

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - **deixar de seguir** enunciado de súmula, jurisprudência ou **precedente** invocado pela parte, **sem demonstrar a existência de distinção** no caso em julgamento ou a superação do entendimento.*

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - **deixar de seguir** enunciado de súmula, jurisprudência ou **precedente** invocado pela parte, **sem demonstrar a existência de distinção** no caso em julgamento ou a **superação** do entendimento.*

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou **precedente** invocado pela parte, **sem demonstrar a existência de distinção** no caso em julgamento **ou a superação** do entendimento.*

§ 2º No caso de **colisão entre normas**, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a **invocar precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou **precedente** invocado pela parte, **sem demonstrar a existência de distinção** no caso em julgamento **ou a superação** do entendimento.*

§ 2º No caso de **colisão entre normas**, o juiz deve justificar o objeto e os **critérios gerais da ponderação** efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

CPC-2015:

Art. 489. São **elementos essenciais** da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera **fundamentada** qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

*V - se limitar a invocar **precedente** ou enunciado de súmula, sem identificar seus **fundamentos determinantes** nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;*

*VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou **precedente** invocado pela parte, **sem demonstrar a existência de distinção** no caso em julgamento **ou a superação** do entendimento.*

§ 2º No caso de **colisão entre normas**, o juiz deve justificar o objeto e os **critérios gerais da ponderação** efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

§ 3º **A decisão judicial deve ser interpretada** a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PENSAMENTO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

Distinção entre texto e norma

Reconhecimento da força normativa da Constituição

Expansão e consagração dos direitos fundamentais

Desenvolvimento da teoria dos princípios

*Transformação da hermenêutica jurídica: reconhecimento dos papéis **criativo** e **normativo** da atividade jurisdicional*

Norma jurídica do caso concreto e norma jurídica **geral** do caso concreto

Limites da norma jurídica **geral** do caso concreto: o ordenamento jurídico e o próprio caso concreto

ELEMENTOS DOS PRECEDENTES JUDICIAIS

***CASO
CONCRETO***

*CASO
CONCRETO*



*ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA*

***CASO
CONCRETO***



***ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA***



***NORMA
JURÍDICA GERAL
DO CASO
CONCRETO***

***CASO
CONCRETO***



***ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA***



***NORMA
JURÍDICA GERAL
DO CASO
CONCRETO***

PRECEDENTE

**CASO
CONCRETO**



**ARGUMENTAÇÃO
JURÍDICA**



**NORMA
JURÍDICA GERAL
DO CASO
CONCRETO**

PRECEDENTE

**NÚCLEO DO
PRECEDENTE**

*Quais são os **precedentes judiciais** que os juízes e tribunais devem obrigatoriamente seguir?*

CPC-2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais **observarão:**

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

(...)

CPC-2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais **observarão:**

(...)

II - os enunciados de súmula vinculante;

(...)

CPC-2015:

Art. 927. *Os juízes e os tribunais **observarão**:*

(...)

*III - **os acórdãos em incidente de assunção de competência** ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;*

(...)

CPC-2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais **observarão:**

(...)

III - **os acórdãos em incidente** de assunção de competência ou **de resolução de demandas repetitivas** e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

(...)

CPC-2015:

Art. 927. *Os juízes e os tribunais **observarão:***

(...)

*III - **os acórdãos** em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e **em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;***

(...)

CPC-2015:

Art. 927. Os juízes e os tribunais **observarão:**

(...)

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

(...)

CPC-2015:

Art. 927. *Os juízes e os tribunais **observarão:***

(...)

*IV - **os enunciados das súmulas** do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e **do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;***

(...)

CPC-2015:

Art. 927. *Os juízes e os tribunais **observarão**:*

(...)

*V - **a orientação do plenário** ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.*

(...)

CPC-2015:

Art. 927. *Os juízes e os tribunais **observarão**:*

(...)

*V - **a orientação** do plenário ou **do órgão especial** aos quais estiverem vinculados.*

(...)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará **liminarmente improcedente o pedido que contrariar:***

(...)

*IV - **enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.***

(...)

*Arsenal de sustentação da
eficácia vinculante dos precedentes judiciais*

(impropriedades redacionais)

CPC-2015:

Art. 332. *Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

(...)

CPC-2015:

Art. 311. A **tutela da evidência** será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

(...)

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e **houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante**;

(...)

CPC-2015:

Art. 496. *Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:*

I - proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público;

II - que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal.

(...)

§ 4º *Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:*

I - súmula de tribunal superior;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

(...)

CPC-2015:

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

- a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;*
- b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*
- c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*

V - depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a:

- a) súmula do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do próprio tribunal;*
 - b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*
 - c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*
- (...)*

Principais aspectos práticos da dinâmica dos precedentes